



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



MARCOS FRANCISCO DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE PEDAGÓGICO
EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PARNAÍBA-PI.**

**PARNAÍBA
2025**

MARCOS FRANCISCO DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPÊTICO
EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PARNAÍBA-PI.**

Monografia apresentada à banca
examinadora como requisito parcial
para obtenção do título de graduado
em Pedagogia pela Universidade
Estadual do Piauí, sob a orientação
da Prof^a. Me. Jonnia Maria Aguiar
Magalhães

**PARNAÍBA
2025**

MARCOS FRANCISCO DA SILVA LIMA

L732f Lima, Marcos Francisco da Silva.
Formação e atuação do acompanhante pedagógico em escolas
públicas de Parnaíba-PI / Marcos Francisco da Silva Lima. - 2025.
60f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí -
UESPI, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Licenciatura
Plena em Pedagogia, 2025.
"Orientadora: Profª. Ma. Jonnia Maria Aguiar Magalhães".

1. Acompanhante Pedagógico. 2. Formação do AP. 3. Atuação dos
AP. I. Magalhães, Jonnia Maria Aguiar . II. Título.

CDD 371.14

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPEUTICOS EM
ESOLAS PUBLICAS DE PARNAÍBA – PI.**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí, sob a orientação da Profª. Me. Jonnia Maria Aguiar Magalhães.

Aprovado em: 10 / 06 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Profª. Jonnia Maria Aguiar Magalhães – SUBSTITUTA/UESPI
Orientadora

Profª. Me. Hielly Sales Dias
Examinador Interno

Profª. Esp. Eva de Moraes Lima Moura
Examinador Interno

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, à minha família e a todos que de alguma maneira, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me sustentado até aqui. Sem ti, nada posso fazer. Obrigado Senhor por tudo!

Aos meus pais, Ana Paula da Silva e Marcelo do Nascimento Lima, por todo o apoio durante todos esses anos.

À minha avó, Maria Francisca da Silva, que sempre buscou me ajudar da forma que lhe cabia. Obrigado, vó!

À minha amiga de turma e noiva, Vitoria Shuyane Rodrigues da Silva Fernandes, pela paciência, apoio, incentivo que foram de extrema importância nesse processo.

À minha Orientadora Jonnia Maria Aguiar Magalhães, por todo o suporte que me foi dado. Obrigado pela paciência e por sempre buscar me orientar nas minhas dúvidas na melhor maneira possível mesmo nos dias de cansaço.

A todos os meus professores que passaram pela graduação. Todos de uma forma muito particular foram de grande importância para o meu futuro profissional.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPEUTICOS EM ESOLAS PUBLICAS DE PARNAÍBA – PI.

RESUMO

A elaboração do presente trabalho teve como temática a formação e atuação dos Acompanhantes Pedagógicos. Buscou-se compreender a realidade desses profissionais nas escolas públicas de Parnaíba-PI. Partindo desse princípio, inicialmente foi feito um levantamento do contexto histórico à cerca do acompanhante terapêutico (AT), para então definir seu trabalho atual, que passa de AT, para Acompanhante Pedagógico (AP), falamos sobre a importância deste profissional para a criança, o educador e a escola. Por fim, tratamos das diretrizes que buscam as garantias as bases legais das pessoas com direito ao AP. Foram utilizados para desenvolver a pesquisa dois instrumentos, a saber, o questionário sociodemográfico para levantar os dados da amostra e o roteiro de entrevista semiestruturado. Participaram da pesquisa 11 (onze) AP das escolas públicas municipais. Para analisar as respostas provenientes do questionário, foi utilizado a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Mediante as respostas encontradas pode se destacar o ambiente no qual esses profissionais estão inseridos, em que o trabalho é vivido de maneira solitária, sem uma formação adequada e sem apoio por parte da gestão escolar e do professor. Essa falta de suporte torna a função do AP difícil e fastidioso, o que pode vir a refletir diretamente no bom desenvolvimento das atividades e nas crianças acompanhadas. Porém, apesar das adversidades, esse profissional é de fundamental importância dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Acompanhante Pedagógico; formação do AP; atuação dos AP.

Training and performance of pedagogical companions in public schools in Parnaíba City.

ABSTRACT

This work has as theme the formation and training and performance of Pedagogical Companion searching to comprehend this scenario in public school from Parnaíba City. Starting from this base, this research began doing a survey of the historical context about the therapeutic companion, since their origins and the way to arrive in the definitions whose we know nowadays. Then, there was a discussion about the performance of this professional in the schools context and their important function in the inclusion of children. Finally, it treated about the guidelines that search the the legal ensurance of people who has the right to have a PC. It was used to develop this work a semi-structured interview script that was so important for its realization. The questions demographic social it was important to collect sample data. Participated of the research 11 companion from the public school. To analyse the answers it was used Bardin (1977). Through the answers found we can highlited the minds about their function and the difficulties such as the formation as the lack of help by managers and teachers.

Key- words: Companion, formation, training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sociodemográfico da amostra.....	11
Tabela 2 - TALP-Técnica de Associação Livre de Palavras	14
Tabela 3 - Formação do AP.....	15
Tabela 4 - Expectativas do AP.....	16
Tabela 5 - Realidades dos AP.....	17
Tabela 6 - Inserção do AP	18
Tabela 7 - Cursos recebidos.....	18
Tabela 8 - Acompanhamento do Trabalho	19
Tabela 9 - Atividades realizadas	19
Tabela 10 - Condições de Trabalho	20
Tabela 11 - Importância do AP.....	21
Tabela 12 - Dificuldades do AP.....	21
Tabela 13 - Resolução dos problemas.....	22
Tabela 14 - Material didático.....	23
Tabela 15 - Planejamento de atividades	23
Tabela 16 - Motivação.....	24
Tabela 17 - Aceitação das atividades	25
Tabela 18 - Relações em ambiente de trabalho	25
Tabela 19 - Desenvolvimento do aluno.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	15
Quadro 2 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	16
Quadro 3 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	17
Quadro 4 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	18
Quadro 5 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	18
Quadro 6 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	19
Quadro 7 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	20
Quadro 8 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	20
Quadro 9 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	21
Quadro 10 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	22
Quadro 11 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	22
Quadro 12 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	23
Quadro 13 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	24
Quadro 14 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	24
Quadro 15 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	25
Quadro 16 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	26
Quadro 17 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos	27

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APA – American Psychological Association

AP – Acompanhante Pedagógico

APs – Acompanhantes Pedagógicos

AT – Acompanhamento Terapêutico

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

SEDUC – Secretaria de Municipal de Educação

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TEA – Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	4
1.1. Acompanhante Terapêutico	4
1.2 Atuação do Acompanhante terapêutico no contexto escolar	6
1.3 Deficiências e AP (Acompanhante Pedagógico)	8
2 METODOLOGIA	10
2.1 Amostra	10
2.2 Instrumento	12
2.3 Procedimento	13
2.4 Análise de dados	13
2.5 Análise Crítica, riscos e benefícios	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	36
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	37
ANEXO C - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	39
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	40
ANEXOS.....	41

INTRODUÇÃO

O termo “Acompanhante Terapêutico” era inicialmente, dentro da realidade escolar de Parnaíba, dado aos profissionais pedagógicos que acompanhavam as crianças com dificuldades especiais em sala de aula. O trabalho do acompanhante terapêutico (AT) surgiu na Argentina, no final da década de 1960. Era mais um trabalho voltado para área de saúde, pacientes cujas terapêuticas clássicas fracassavam, eram direcionados a esses profissionais que exerciam um papel de agente terapêutico.

Devido essa ser uma profissão regulamentada e ser exercida por profissionais com formação específica, o termo, dentro das escolas de Parnaíba, passou a ser descrito como “Acompanhante Pedagógico”. O processo formativo, função e atuação, dentro da sala de aula do profissional que acompanha os estudantes deficientes auditivos é sua atual função.

A motivação desta pesquisa foi compreender como ocorre o processo formativo dos Acompanhantes Pedagógicos para o exercício da função, bem como os métodos utilizados em sala de aula com o objetivo de alcançar resultados significativos com os alunos. A partir desta observação, vale ressaltar que esse estudo utiliza o termo Acompanhante Pedagógico (AP) por ser a atual nomenclatura utilizada na rede pública de Parnaíba-PI.

O presente trabalho investigou a formação e as formas de atuação dos acompanhantes terapêuticos (AT), atualmente descrito como Acompanhantes Pedagógicos (AP), dentro do contexto educacional de escolas públicas da cidade de Parnaíba-PI. O AP auxilia professores ao dar suporte para as crianças e jovens auditivos com alguma deficiência.

O profissional de apoio é garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Para esta pesquisa, estabeleceu-se como objetivo verificar como ocorre o processo de formação dos profissionais AP para adentrarem a sala de aula, como também conhecer como estes profissionais desenvolvem suas atividades e os resultados obtidos por meio desse processo para traçar um panorama atual situação desta problemática no contexto em questão.

Esse profissional é de fundamental importância dentro da escola e investigar sua função é primordial para melhoria do trabalho e contribuição com a educação. Como destacam Cristina e Silva (2018, p. 467) "Quando há no quadro escolar a figura do acompanhante terapêutico (AT), este permanece na escola para resolver problemas que deveria ser enfrentado pelos educadores". O AT (atual AP) seria como um vínculo, um

caminho entre o professor e o aluno, facilitando uma convivência mais harmoniosa dentro de sala aula.

De acordo com Assali (2006) tal modalidade se faz importante para o processo de inclusão de crianças pequenas no contexto escolar. O AP é essencial para o progresso dos alunos atípicos dentro da comunidade escolar. Esse profissional necessita passar por uma formação ampla e continuada para que os objetivos educacionais dos seus alunos sejam atingidos.

Dito isto esta investigação trata de uma pesquisa qualitativa, que abordou a análise de conteúdo, que se caracteriza como um conjunto de técnicas com a finalidade de analisar comunicações por um meio organizado e objetivo (Bardin, 1977, p. 42). Na qual se buscou proporcionar uma visão geral a respeito do tema ao mesmo tempo que se investigou como é feito esse trabalho de formação e atuação dos AP dentro de das escolas de Parnaíba.

Mostrou-se também as atividades desenvolvidas dentro do contexto escolar onde estavam lotados. Entender o processo de formação pelo qual passam os AP e o seu grau de importância para a vida dos alunos deficientes da rede pública de Parnaíba é de fundamental notoriedade, pois propicia o diálogo para que novas perspectivas surjam para a melhoria deste trabalho.

Diante disso foi analisado o processo de formação e a atuação do AP dentro de escolas públicas da cidade de Parnaíba/PI, bem como averiguou as características presentes no desenvolvimento do trabalho do AP, investigou as condições de trabalho dos profissionais AP, destacou o impacto do AP no ambiente escolar, conheceu as atividades desenvolvidas pelos AP e avaliou o grau de importância da formação do AP no desenvolvimento do seu trabalho.

Para isto, foram realizados um levantamento e um estudo de campo, no qual os respondentes foram abordados a respeito do tema trabalhado. Foram entrevistados acompanhantes pedagógicos da cidade de Parnaíba, todas(os) com idades acima de 18 anos (amostra não probabilística intencional), além de ser realizado um levantamento bibliográfico referente aos acompanhantes terapêuticos, atualmente AP. Independentemente da situação, todos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para oficializar sua participação. Os resultados elucidaram os questionamentos previamente levantados e agora podem servir como instrumento de conhecimento sobre o tema abordado,

especialmente no que se refere à formação e ao trabalho desenvolvido pelo Acompanhante Pedagógico.

Este trabalho tem como objetivo principal conhecer o processo de formação e a atuação dos profissionais acompanhantes pedagógicos (AP), que desempenham um papel fundamental nas escolas públicas ao oferecer suporte individualizado a estudantes com necessidades específicas. Para alcançar tal propósito, propõem-se alguns objetivos específicos, entre os quais destaca-se a compreensão do processo de formação desses profissionais, investigando se as capacitações oferecidas pela Secretaria de Educação do município atendem, de fato, às demandas e aos desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Além disso, busca-se verificar as realidades vivenciadas pelos APs no contexto da sala de aula, com ênfase em suas necessidades de apoio — ou na ausência deste — por parte da equipe gestora e dos demais profissionais da escola. Por fim, pretende-se compreender as formas de atuação dos acompanhantes pedagógicos, analisando suas abordagens e metodologias utilizadas no trabalho diário com as crianças assistidas, a fim de identificar práticas que possam contribuir para uma educação mais inclusiva e eficaz.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Acompanhante Terapêutico

O termo Acompanhante Terapêutico pode ser entendido de diferentes formas, a depender do autor ou meio que o defini. Se faz importante conhecer o seu significado para ter um conhecimento maior sobre o tema. O dicionário Michaelis (2024), define o termo acompanhante como o “que ou aquele que dá acompanhamento, assistência e proteção a pessoa invalida, idosa, incapaz etc. sob seus cuidados”. Já o termo Terapêutico é relativo a terapêutica, que possui propriedades medicinais.

Para Verônica *et al.*, (2019, p. 10) o Acompanhamento Terapêutico “contempla e articula aspectos pedagógicos e terapêuticos, isto é, aspectos do contexto da educação e da escola e aspectos subjetivos. Na concepção da inclusão como ato terapêutico, sem desconsiderar a função social e pedagógica da instituição educativa, surge a necessidade de atentar para ambos os aspectos terapêutico e pedagógico, caracterizando uma atuação que se posiciona no “entre”.

“O psiquiatra Eduardo Kalina inseriu essa nova modalidade de atendimento como um instrumento possibilitador da circulação de pacientes de asilos psiquiátricos por diferentes ambientes, com a finalidade de realizar a inclusão” (Bezerra, 2023, p. 6). De acordo com a sua literatura, o papel exercido pelo profissional AT consiste em auxiliar o paciente em um processo de reintegração ao ambiente social. No ambiente escolar, tem como objetivo de promover ao aluno um apoio individualizado, inclusivo, sendo ponte e suporte emocional. “O AT cria as condições para que a criança possa frequentar a escola, beneficiando-se do processo educativo” (Fraguas, Berlink, 2001, p. 7).

Buscando compreender melhor os caminhos que se originaram para estruturação do termo acompanhamento terapêutico, voltaremos para a Europa, onde se iniciou a luta contra a loucura e os manicômios (Assali, 2006, p. 2). Surgiu especialmente na Argentina, entre a década de 1960 e 1970, a partir de um movimento que almejava humanizar os tratamentos de pacientes considerados doentes mentais e que se encontravam isolados (Bezerra, 2023, p. 6). O acompanhamento Terapêutico surgiu dessa forma, primeiramente como uma maneira de ajudar em tratamentos de pacientes psicóticos, constituindo em uma proposta de “sair as

ruas” evitando ficar restrito o tempo todo dentro dos manicômios. Dessa maneira esse acompanhante terapêutico seria um importante instrumento nesse processo de reinserção do indivíduo a sociedade (Fraguas, Berlinck, 2001, p.7).

Como cita Verônica *et al.*, (2019, p. 7) o acompanhante terapêutico é convidado a atuar como um mediador entre a criança e os desafios que lhes são apresentados. O papel desempenhado pelo profissional AT é de fundamental importância, pois o mesmo ajuda na evolução do indivíduo, possibilitando um desenvolvimento e uma reinserção na sociedade.

Em 1985, foi escrito o livro na qual buscava sistematizar essa prática clínica, intitulada de *Acompañantes Terapéuticos y pacientes psicóticos*, elaborado pelas psicólogas Susana Kuras de Mauer e Silvia Resnizky (Marcelo, 2014, p. 5). Esse trabalho foi de grande importância para os estudos a respeito do tema, ampliando dessa maneira as discussões sobre o referido assunto afim de se compreender melhor sobre o mesmo.

Os estudos em relação ao AT só foram ter seu primeiro escrito científico brasileiro relacionado ao tema em 1985, através da Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, nomeado por *Acompanhamento terapêutico: um recurso técnico em psicoterapia de pacientes críticos*, escrito por José Carlos Eggers, proveniente do trabalho de conclusão de curso de especialização em psiquiatria (Marcelo, 2014, p. 6).

O AT começa a ser inserido dentro do contexto escolar com a finalidade de ser essa ponte entre o professor e o aluno com algum transtorno, exercendo a função de acompanhar e auxiliá-lo durante todo o processo de inclusão e formação afim de facilitar esse caminho tornando mais fácil tanto para o professor quanto para o aluno em questão. Seguindo essa linha, Assali fala que:

Na escola o profissional que trabalha com a criança dentro da sala de aula e nos demais ambientes também foi chamado de acompanhante terapêutico. Esta nomeação utilizada na escola foi emprestada e isto pode ser entendido pela função que o acompanhante realiza tanto na rua como na escola que é: participar da reintegração do paciente no universo social e fazer uma ponte entre estes sujeitos e as mais diversas problemáticas que possam enfrentar no laço social. (2006, p. 3).

A presença desse profissional estar, em sua maioria das vezes, ligado ao fato de que o professor não consegue desenvolver um trabalho com esse aluno. O docente não está preparado para atender o aluno e compreender suas necessidades, tendo em visto isso, a presença do AT se faz necessário para que seja desenvolvido de maneiras mais assertivas as atividades dentro de sala de aula e adaptando o plano de ensino para esse aluno em questão.

Como afirma Assali:

Para as escolas, na maioria das vezes, a presença deste profissional está relacionada às dificuldades que educadores sentem em relação à aprendizagem destas crianças e também às questões que estas trazem, ou seja, por conta das falhas na constituição subjetiva que estas crianças estabelecem, quando estabelecem, relações diferentes, às vezes bizarras e mesmo assustadoras, gerando angústia e medo na escola (2006, p. 3).

Vale ressaltar que o AT não substitui o trabalho do professor da sala de aula regular, ele deve auxiliá-lo nas atividades propostas pelo professor junto com o aluno (Barbosa, 2017, p. 13). O profissional AT irá atuar como essa ponte entre o aluno com necessidades especiais e o professor de sala aula, possibilitando uma inserção maior do mesmo dentro de sala de aula com os alunos da escola e demais pessoas que lá trabalham.

2.2 Atuação Acompanhante terapêutico no contexto escolar

Como mencionado anteriormente, a origem do AT foi um meio de atender a pacientes psicopáticos, buscando ser um meio que possibilitasse a sua inserção na sociedade. Como bem destaca Bezerra:

Este profissional se apresenta em constante progresso e aperfeiçoamento, assim, a função do AT tem se amplificado para outros contextos, como sua presença no âmbito escolar. É considerado uma ferramenta de apoio ao processo de inclusão e desenvolvimento de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (2023, p. 7).

O trabalho do AT vem sendo direcionado atualmente para auxiliar a estudantes que tenham algum tipo de deficiência. Sua principal função dentro do ambiente escolar é estar perto da criança durante todo o período escolar, dentro e fora da sala, procurando colocá-lo em grupos, e envolvendo nas atividades propostas pelo professor (Fraguas e Berlinck, 2001, p. 8).

A importância desse trabalho se faz evidente em cada ação realizada pelo AT, uma vez que o seu trabalho vai muito além de orientações ou tentativas de inserções desses alunos. Segundo Barbosa:

O papel do acompanhante dentro da escola é fazer a mediação do aluno (a) nas atividades diárias como se alimentar e se higienizar, mas antes de iniciar o seu trabalho ele deverá fazer um levantamento da criança, o que ela precisa, quais são as suas principais necessidades e dificuldades, quais tipos de atividades devem ser feitas e como ele deve agir na sua prática. (2017, p. 13)

A presença do profissional AT no ambiente escolar traz possibilidades para a criança que em muitas ocasiões fica de lado das atividades da escola por não conseguir desempenhá-la juntamente com os demais, tenha uma maior participação em atividades propostas pela escola, possibilitando um processo inclusivo. Segundo Verônica *et al*:

O Acompanhamento Terapêutico Escolar é pensado, nesse artigo, a partir da perspectiva da inclusão escolar como ato terapêutico, considerando o estabelecimento do laço social, o investimento no sujeito e a atenção aos efeitos terapêuticos envolvidos em todo processo inclusivo. (2019, p. 7).

Ainda segundo Fraguas e Berlinck (2001, p. 8) mediante seu trabalho dentro do contexto escolar, o AT cria as condições necessárias para que as crianças possam participar das atividades escolares, beneficiando-se do processo educacional. A presença do AT se torna nesse processo, uma ponte, ligando o aluno ao professor permitindo uma maior fluidez no desenvolvimento das propostas e na integração do aluno com as outras crianças.

O papel do AT é sempre buscar facilitar o a interação entre o aluno e o professor. Segundo Barboza (2017, p. 13) o AT deve ser um agente facilitador, buscando sensibilizar o professor facilitando na sua intervenção pedagógica, além disso, deve sempre encorajar e estimular o aluno

O AT é capaz de desenvolver um vínculo com o aluno, com isso ele se coloca em seu lugar em situações que podem passar despercebido pelos professores da sala regular. Essa relação traz inúmeros benefícios, pois no decorrer das atividades, os vínculos criados pelos ATs juntamente ao aluno em questão, irão propiciar um manejo mais adequado e dessa maneira o seu ensino será mais significativo. Segundo Veronica:

Ao mediar a relação do aluno com os conhecimentos formais e informais da escola e, para além disso, as relações que a criança estabelece dentro deste contexto, o acompanhante está propiciando não somente a aprendizagem, mas também a formação da consciência dos estudantes (2019, p. 451).

Como reitera Fraguas e Tosta “o processo de inclusão promove a inserção destas crianças na escola, garantindo-lhes, assim, um lugar na sociedade” (2001, pg 8). É importante que cada criança saiba que pode ser útil na sociedade em que vive, para que isso ocorra, os professores e os acompanhantes terapêuticos tem um papel fundamental nesse processo inclusivo.

Portanto, o trabalho desenvolvido pelo acompanhante dentro da escola promove inúmeras possibilidades de educar crianças com necessidades especiais, pois toda a sua prática é adaptada às necessidades do aluno (Barboza, 2017, p. 13).

2.3 Deficiências e AP (Acompanhante Pedagógico)

Uma educação voltada para todos é um fator de importante relevância para um pleno desenvolvimento do indivíduo. Proporcionar ambientes que promovam a inclusão de pessoas portadoras de deficiências, seja ela física ou psicologia é garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso III, que fala que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

No ano de 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394. Sua criação serviu para estabelecer as instruções a serem seguidas para desenvolver a educação no Brasil. Em seu art. 58 destaca sobre a educação especial, uma modalidade de ensino escolar para alunos portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Os incisos I, II e III veem a tratar diretamente sobre o apoio que esses alunos devem ter dentro do contexto escolar, visando uma oferta a educação especial desde o início da educação infantil e estendendo-se ao longo de toda a vida (Brasil, 1996).

No Brasil, existem leis garantem um acesso à educação de qualidade e a presença de profissionais para auxiliar os alunos que precisam de acompanhamento especializado. A Lei Berenice Piana 12.764/12 (Brasil, 2012) juntamente com o Decreto 8.368/14 garantem que, caso comprovado necessidade, as escolas públicas ou privadas devem proporcionar um acompanhante especializado sem gastos a mais para a família.

No ano de 2014 foi desenvolvido Plano Nacional de Educação, com a missão de melhorar a educação do país, buscando entre erradicar o analfabetismo a promoção dos princípios dos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014). A sua quarta meta estabelece que:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de

sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014).

Outra lei que trata sobre o direito ao acompanhamento especializado é a lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (LBI) 13.146/2015, vem assegurar a plena inclusão de pessoas portadora de deficiências, direito a educação em escolas regulares acompanhados de um apoio especializado. Mediante as implementações da lei, a presença desse profissional se faz cada vez mais presente no ambiente escolar, este profissional se apresenta em constante progresso e aperfeiçoamento, assim, a função do AT tem se amplificado para outros contextos, como sua presença no ambiente escolar (Bezerra, 2023, p. 7).

Poderíamos falar das várias deficiências existentes, mas essa é uma discussão que será explanada na continuidade deste trabalho ou um trabalho mais extensivo sobre essa temática, porém neste trabalho optamos por enfatizar brevemente e em especial, ao contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA) que é o campo de atuação dos entrevistados. A palavra autismo vem do grego “atos” que significa “de si mesmo”. O termo pode ser compreendido como Transtorno global do desenvolvimento, caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico, pela dificuldade de socialização, de comunicação verbal e/ou do uso da linguagem (Dicio, 2009).

De acordo com a *American Psychological Association* (APA, 2024), o transtorno do espectro autista se define a qualquer um de grupo de transtornos no qual se dá início durante os anos pré-escolares e se caracteriza por meios de dificuldades de comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. O direito a inclusão está implícito na constituição federal de 1988 (Brasil, 1988) em seu artigo 208 no qual já reitera o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é outra forma que garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma série de possibilidades/recursos, a fim de que a educação seja de qualidade para todos, considerando a diversidade dos educandos presente na sala de aula (Luna Stela *et al.*, 2022, p. 2).

Para também auxiliar nesse processo de inclusão não somente no ambiente escolar, mas visando outros campos da sociedade. No ano de 2015 foi criada a Lei Brasileira de inclusão (LBI), na qual a mesma em seu artigo 1 reitera que destina a assegurar e a promover,

em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015). Desta maneira abriu um campo maior de possibilidades e direitos assegurados para todos os portadores de alguma deficiência seja ela física ou neurológica.

O processo de inclusão dentro da escola é de grande importância para todos os seguimentos de deficiências. No campo do TEA tal processo propicia para o aluno um ambiente no qual possibilitará desenvolver competências e habilidades que serão de suma importância, tanto no contexto pessoal quanto no convívio com outras pessoas. Como cita Luna Stela *et al* a escola caracteriza-se como um importante espaço para o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (2022, p. 1).

O docente tem um papel fundamental nesse processo de inclusão, pois a maneira que o mesmo trata o aluno com TEA implica no seu desenvolvimento. O atendimento a esses alunos deve ser planejado e desenvolvido mediante suas capacidades, o professor deve buscar maneiras conforme seu grau de aprendizagem buscando uma aprendizagem significativa para o aluno. Como cita Luna Stela *et al.*, (2022, p. 3):

O processo de atendimento da criança com TEA necessita de um planejamento das atividades a serem executadas, juntamente com a integração destas, baseando-se em um trabalho de cooperação entre os professores este processo integrado costuma ter repercussões positivas para o aluno com TEA.

O papel da escola não é somente formativo com visão e expectativa de resultados em notas, vai muito além disso. Uma vez que o ambiente escolar deve favorecer o desenvolvimento pleno do aluno, buscando que áreas não somente educacionais, mas também morais e sociais sejam contempladas. Favorecer um local no qual o aluno portador do TEA se desenvolva e tenha um contato mais humano possibilitando dessa forma vivências mais significativas para o seu desenvolvimento. Adaptar o currículo escolar favorece esse caminho de formação e aprendizagem. Assim, deve adaptar o currículo e o ambiente físico às necessidades de todos os alunos, propondo-se a realizar uma mudança de paradigma dentro do próprio contexto educacional (Lopes, Talaska, 2022, p. 4270).

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra

O presente estudo foi realizado com Acompanhantes Pedagógicos (AP) da rede municipal da cidade de Parnaíba-PI. A amostra foi do tipo não-probabilística, por conveniência, deste modo os indivíduos participaram segundo a sua disponibilidade. Devido a indisponibilidade da maioria dos respondentes, a pesquisa teve um número reduzido de participantes. Destes, onze (11) Acompanhantes Pedagógicos, se disponibilizaram a participar da pesquisa, todos maiores de 18 anos e de escolas públicas municipais da cidade de Parnaíba, todos lecionando nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). As entrevistas foram realizadas em oito escolas, todas selecionadas com base em dados das escolas municipais localizados no prédio da Secretaria de Educação da Cidade de Parnaíba.

Todos os entrevistados participaram de maneira voluntária da entrevista, mediante o consentimento e sua disponibilidade; A caracterização da amostra está presente à seguir na Tabela 1.

Tabela 1 - Dados sociodemográfico da amostra

Variáveis		Frequência	%
Escolas	Municipais de Parnaíba	8	100
Sexo	Feminino	7	63,63
	Masculino	4	36,36
Faixa etária	19 – 25	10	90,91
	26 – 33	1	9,09
Estado civil	Casado/convivente	0	0
	Separado/solteiro	0	0
	Viúvo	0	0
	Solteiro	11	100
Nível educacional	Superior completo	0	0
	Superior incompleto	11	100
Formação profissional	Acadêmico	11	100
Cargo ocupado na instituição	Acompanhante pedagógico	11	100
Tempo de ocupação no cargo	0 – 12	4	36,36
	12 – 24	7	63,63
Renda Individual	0 – 500	1	9,09

	600 – 1000	10	91,91
Horas de trabalho (semanal)	20 horas	11	100
Horas destinados a planejamento ou formação	0 – 1	7	63,63
	0 – 3	4	36,36
Formas de atuação	Individual	5	45,45
	Auxílio do professor	6	54,55
Alunos por AP	1 – 2	5	45,45
	3 – 4	6	54,55
Exerce outra atividade	Sim	2	18,18
	Não	9	81,82
Início ao AP	1º - 5º	9	81,82
	6º - 9º	2	18,18

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

3.2 Instrumento

Foram utilizados dois instrumentos: 1) um roteiro de entrevista semiestruturada e 2) uma pergunta que virá a ser usado para compor a Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP). Os instrumentos foram complementados por um questionário sociodemográfico. A Entrevista semiestruturada, é um modelo de resposta aberta que consta perguntas norteadoras versando sobre aspectos relativos à formação e ao trabalho do AP dentro do contexto escolar mais especificamente ao seu processo formativo para atuação na área, as metodologias usadas no desenrolamento das atividades e as suas vivências enquanto AP. O roteiro de entrevista semiestruturado busca colocar-se na visão do entrevistado, permitindo que o entrevistado fale livremente (Bardin, 1977, p. 173). Os dados obtidos proporcionaram a descrição das características da população pesquisada e entender melhor o trabalho exercido por esses profissionais, suas dificuldades e metodologias e se o profissional AP tem um suporte ou formação continuada para exercer sua função. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados da pesquisa encontram-se em anexo (ANEXO A).

3.3 Procedimento

Para proceder a realização da pesquisa foram seguidas as recomendações relacionadas à pesquisa com seres humanos, de acordo com os princípios éticos da Declaração de Helsinque, contidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 196/95 e aprovado pelo Conselho Nacional de Ética. Após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, deu início a aplicação dos instrumentos, que foram feitos com os acompanhantes pedagógicos (AP) que se dispuseram a responder ao roteiro de entrevista. Estes foram aplicados nas escolas contempladas a participarem da pesquisa, primeiramente o pesquisador solicitou a autorização ao gestor da escola, recebido a autorização solicitou-se aos AP da instituição o seu assentimento, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de responder ao questionário e roteiro de entrevista. Na oportunidade os respondentes foram esclarecidos sobre a participação na pesquisa que foi voluntária sendo garantido aos participantes o sigilo/anonimato dos dados coletados, e, os participantes também receberam a informação de que poderiam desistir a qualquer momento do procedimento da coleta de dados. Feito isso, os AP, que aceitaram participar, responderam individualmente à entrevista.

3.4 Análise de dados

Após a coleta de dados, a análise do questionário foi feita através da análise de conteúdo. O roteiro de entrevista foi analisado através da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Segundo a autora, atualmente a análise de conteúdo é descrita como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos extremamente diversificados” (Bardin, 1977, p. 9). Ainda seguindo sua linha de raciocínio, Bardin define análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (1977, p. 18). O propósito da análise de conteúdo é ser uma forma de verificar informações de maneira organizadas e objetivas, compreendendo essas comunicações por meios de métodos sistemáticos.

3.5 Análise Crítica, riscos e benefícios

Procurando conhecer as concepções, buscou elucidar o processo de formação e a atuação do AP, juntamente com os dados fornecidos nas entrevistas que foram realizadas

com os profissionais AP, os resultados encontrados puderam elucidar a atual realidade da formação dos AP da cidade de Parnaíba-PI. Desta maneira, a presente pesquisa contribuiu para aumentar discussões e ampliar o estudo acerca do trabalho do AP e sua formação, visando um melhor entendimento sobre tal questão e buscando melhorar cada vez mais seu processo formativo a fim subsidiar pesquisas posteriores. Assim, ao analisar o presente projeto busca tratar de um tipo de problemática existente em nossa sociedade que muitas vezes é negligenciado, deixando de ser investigado e de ser levantados questões fundamentais no campo de atuação do AP, com isso se fez fundamental tal pesquisa para que venha contribuir com a formação e atuação do AP, é neste sentido que o estudo pretende fomentar suas discussões.

Por fim, vale salientar que a presente pesquisa não representou qualquer risco de ordem física ou psicológica para os participantes.

3.6 Resultados

Mediante a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) juntamente com a entrevista semiestruturada foi realizado a análise que é de suma importância para o desenvolvimento e compreensão do trabalho desempenhado pelo AP. Sobre a TALP, quando perguntado sobre “quando se fala em AP que palavras vêm a sua mente?”, uma variedade de respostas surgiu, estas serão descritas na Tabela 2.

Tabela 2 - TALP-Técnica de Associação Livre de Palavras

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
Auxílio (3); Ajuda (2); Apoio (1); Suporte (1); Inclusão (1)	8
Afeto (1)	1
Aprendizagem (1)	1
Autismo (1)	1
Essencial (1)	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O roteiro utilizado para a entrevista dos respondentes foi elaborado por 18 questões que abordam sobre como esse trabalho é desenvolvido pelos AP nas escolas públicas de

Parnaíba-PI. Mediante isso, os APs responderam segundo suas experiências. As respostas dessas perguntas encontram-se nas tabelas 3 a 18, logo abaixo listadas.

A Tabela 3 destaca a formação do AP ao desenvolver seu trabalho. Nesta perspectiva as respostas encontradas demonstram que o processo formativo oferecido pela rede de educação, no município de Parnaíba, é falho, principalmente porque os assuntos ministrados pouco contribuem para atuação desses profissionais dentro de sala de aula, e principalmente por colocar universitários sem formação específica para “ajudar” um público que requer uma formação específica para lidar com as especificidades das deficiências encontradas em sala de aula.

Tabela 3 - Formação do AP

CATEGORIAS		FREQUÊNCIA
I. Formação SEDUC		11
I.1. Formação eficaz	II.1. Boas e necessárias	01
	II.2. Depois das formações melhorei um pouco	01
I.2. Formação ineficaz	III.1. As formações não tinham muito foco	04
	III.1.1. Assuntos rasos	01
	III.2. As formações foram insuficientes	01
	III.3. Formação não ajudaram	01
	IV.4. Formação descontextualizada	01
I.3. Formações inexistente	IV.1. Não tinha formação	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 1 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 1: “A formação não me ajudou...”
Respondente 2: “As formações foram insuficientes, os conteúdos eram rasos e desfocavam da atenção principal...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 4 mostra a expectativa dos AP antes de iniciar o trabalho. Em suas respostas é possível verificar que a visão desses sobre o seu papel dentro do ambiente escolar era auxiliar em atividades pedagógicas, porém a realidade que vivenciaram foi de angústias de medo por não saber como lidar com as deficiências.

Tabela 4 - Expectativas do AP

CATEGORIA		FREQUENCIA
I. Auxilio Pedagógico	I.1. Auxiliar o aluno	03
	I.1.1 Ajudando no desenvolvimento escolar	01
	I.1.2. Evolução do aluno	01
	I.3. Falta de ajuda professor	02
	I.4. Ausência de apoio escolar	02
	I.5. Falta de inclusão	01
II. Limitações II. 1. Físicas	II.1. Falta de material	01
	II.2. Cenário não acolhedor	01
	II.2.1. Idealizou um Sistema de apoio	01
II.2. Psicológicas	Medo, receio	06
III. Alunos por AP	III.1. Super lotação	03
IV. Formação profissional	IV.1. Conhecer a área	02
	IV.2. Relacionar teoria e pratica	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 2 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 5: “Tinha muito medo de não conseguir ajudar...”

Respondente 1: “Ter apoio da escola e professora e materiais necessários para o trabalho”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 5 mostra a realidade de trabalho dos profissionais APs. Nela podemos encontrar que a falta de formação para realizar as atividades com os alunos são um ponto no qual interfere bastante no desenvolvimento dos alunos. A falta de apoio por parte do professor da sala também implica no seu trabalho refletindo na criança acompanhada.

Tabela 5 - Realidades dos AP

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
I. Apoio docente	I.1. Falta de direcionamento	02
	I.1.1. Falta de apoio da secretaria	01
	I.1.2. Suporte do professor	03
	I.1.3. Bastante difícil	03
	I.1.4. Complexo	01
II. Formação	II.1. Carência de formação	10
	II.1.1. Nenhuma experiência	01
III. Estagiários	III.1. Quantidade de auxiliar insuficiente	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 3 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 5: “Na realidade nota-se a carência de formação...”

Respondente 1: “Apesar das formações, muitas coisas são ainda romantizadas...algumas questões na realidade não há direcionamento.”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Na Tabela 6 o questionamento é sobre como esses profissionais foram inseridos em sala de aula. Nessa questão, observa-se que a secretaria de educação (SEDUC) muitas das vezes manda os profissionais para o ambiente escolar sem um preparo prévio, colocando

estudantes em início de formação sem conhecer como educar/alfabetizar e nem ao menos conhecer os tipos de deficiências que irão acompanhar.

Tabela 6 - Inserção do AP

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Encaminhados pela SEDUC	I.1. SEDUC	11
	I.2. Necessidade da escola	01
	I.3. Escolheram a escola	05

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 4 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 6: “Fui apresentada e bem acolhida...”
Respondente 9: “Não sabia absolutamente nada de como era os alunos ou como deveria trabalhar”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 7 ilustra a discussão sobre cursos ou formações que esses profissionais AP passaram. Nota-se que houve processo formativo com tópicos importantes para o desenvolvimento do trabalho do AP.

Tabela 7 - Cursos recebidos

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Formações ofertadas	I.I. Por meio de cursos da SEDUC	08
II. Carência de Formação para as deficiências	II.1. Formações insuficientes	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 5 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 11: “não recebemos um curso específico, as formações que tinham eram insuficientes”
Respondente 9: “Eram formações com a temática de relações interpessoais, PEI, práticas pedagógicas...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 8 relata sobre como se dá o processo de acompanhamento das atividades dentro do trabalho de AP. A maneira encontrada se dá por meio de um relatório que os acompanhantes devem relatar como o processo de formação acontece, tal relatório deveria ser preenchido em um determinado prazo para afim de subsidiar a avaliação do desempenho dos APs, monitorar o progresso dos alunos atendidos e orientar possíveis intervenções pedagógicas.

Tabela 8 - Acompanhamento do Trabalho

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Avaliação	I.1. Relatório	08
II. Suporte ao aluno	II.1. Adaptar atividades	02
III. Colaboração do docente	III.1. Com ajuda da professora titular	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 6 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 11: “Através de um relatório bimestral”
Respondente 3: “Para prender a atenção dele, precisei fazer personagens de um desenho que ele gostava...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 9 descreve as atividades elaboradas pelos acompanhantes pedagógicos durante o seu trabalho. Nota-se que a elaboração de atividades adaptadas para os alunos que acompanhava era a sua principal função dentro de sala de aula, seguido dos cuidados na hora do recreio e de sua alimentação.

Tabela 9 - Atividades realizadas

CATEGORIZAÇÃO		FREQUENCIA
I. Atividades Pedagógicas	I.1. Atividades específicas	02
	I.1.1. Adaptação de conteúdos	03
	I.1.2. Atividades lúdicas	01
	I.2. Auxiliar o professor	01

II. Coordenação motora	II.1. Desenhos para pintar	01
	II.2. Criação de objetos	01
III. Rotina	II.1. Recreio	02
	II.1.2. Alimentação	02
	II.1.3. Higiene do aluno	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 7 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 1: “[..]auxílio para os que tem dificuldades sendo autista ou não”

Respondente 2: “Adaptando algumas atividades...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 10 destaca as condições de trabalho do AP, tal pergunta traz respostas sobre o ambiente, funções e apoio recebido. Percebe-se que entre suas principais funções, a de auxiliar a criança laudadas, os AP também acabavam por desenvolver tarefas que não lhe cabiam, como ajudar as demais crianças da sala, apesar disso, nota-se que o apoio recebido por eles, por parte do professor titular.

Tabela 10 - *Fonte:* Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 8 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 3: “Meu trabalho era auxiliar os alunos e idealizar tarefas...”

Respondente 4: “Ótimo, pois conto com a ajuda professores”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 11 encontra-se respostas mediante o grau de importância do AP dentro da sala de aula, para o educador e educando. Para o educador ter um suporte dentro de sala para ajudar a trabalhar com as crianças se mostrou de suma importância uma vez que o trabalho fica mais dividido. Já para o aluno acompanhado o a presença desse profissional implica em um desenvolvimento mais assertivo.

Tabela 11 - Importância do AP

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Muito importante	I.1. Educador	
	I.1.1. Ponto crucial	01
	I.1.2. Auxílio ao professor	05
	I.1.3. Formar profissionais inclusivos	01
	I.2. Educando	
	I.2.1. Desenvolvimento da criança	07
	I.2.2. Suporte	03
	I.2.3. Inclusão	01
	I.2.4. Direito assegurado	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 9 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 1: “vai sendo um grande auxílio...”

Respondente 2: “Para o educador e ter uma garantia de ter seus direitos assegurado”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quando indagados sobre as maiores dificuldades encontradas durante o seu trabalho, os entrevistados responderam apontando uma variância de adversidades, tais como: aceitação do aluno, dificuldades da criança, rejeição das atividades, suporte, pagamento atrasado, assumindo a regência. Todas essas estão presentes na Tabela 12.

Tabela 12 - Dificuldades do AP

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Aluno	I.1. Falta de respeito	01
	I.1.1. Agressividade	01
	I.2. Desinteresse	02
	I.2.1. Falta de aceitação	02
	I.2.2. Adaptação de atividades	01

	1.3. Quantidade de alunos por AP	02
	1.4. Dificuldades da criança	01
II. Prática	II.1. Falta de experiência	01
	II.1.1. Assumir sala de aula	01
III. Recursos	III.1. Suporte	01
	III.1.2. Falta de apoio escolar	03
	III.1.3. Falta de recursos escolar	01
	III.2. Bolsa atrasada	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 10 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 7: “O período de adaptação e de adaptação de atividades...”

Respondente 1: “A falta de apoio e recursos na escola...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 13 descreve como os acompanhantes pedagógicos buscavam ajuda para resolver as dificuldades encontradas dentro do ambiente escolar. A resolução dos problemas geralmente era sanada pelos próprios AP, prevalência a busca na internet e no diálogo com os professores. Isso demonstra uma necessidade de maior suporte pedagógico e teórico.

Tabela 13 - Resolução dos problemas

CATEGORIZAÇÃO	FREQUÊNCIA
I.1. Via internet	04
I.2. Conversando com professores da sala	04
I.3. Conversando com os professores da universidade	02
I.4. Direção	01
I.5. Paciência e Cautela	01
I.6. Conversando com a família	01
I.7. PEI	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 11 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 5: “Conversando com a professora da sala...”

Respondente 9: “...com os professores e na internet.”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 14 trata sobre o material didático necessário para a realização das atividades disponibilizado pela instituição de ensino. Ao observar os dados abaixo pode-se perceber uma escassez de recursos o que, de uma maneira direta, influencia no desenvolver das atividades proposta.

Tabela 14 - Material didático

CATEGORIZAÇÃO	FREQUÊNCIA
I. Não recebia material	08
II. Recebia material	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 12 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 3: “...Grande dificuldade que tenho para imprimir atividade ou desenvolver atividade uma atividade pratica.”

Respondente 7: “Não, os recursos eram escassos...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 15 traz as respostas a respeito de como ocorre o processo de planejamento das atividades dos alunos acompanhados. Percebe-se que existe uma alternância, alguns APs recebiam o planejamento vindo dos professores, outros faziam de maneira individual e alguns não tinham um planejamento, o que dificulta o desenvolvimento dos alunos.

Tabela 15 - Planejamento de atividades

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Professor titular	I.1. Professora quem fazia	03
II. Pelo AP	II.1. Fazia de maneira individual	04
III. Sem planejamento especial	III.1 Não há um planejamento	03
IV. Não soube responder	IV.1. Não tem acesso a informação	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 13 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 7: “Seguem o mesmo planejamento...”

Respondente 6: “A maioria deles são feitos pela professora...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Na Tabela 16 o que prevalece é uma necessidade financeira para se submeterem a tal função, seguido pelo desejo de aprendizagem. Um primeiro trabalho dentro da graduação é de grande importância para o desenvolvimento profissional, o que se pode verificar é que, dentre os respondentes da pesquisa, a questão financeira pesou na decisão de adentrar na área.

Tabela 16 - Motivação

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I.Financeiro	I.1.Bolsa	06
II. Família	I.1. Familiares atípicos	02
III. Aprendizagem	III.1. Desejo por ajudar	01
	III.1.2. Conhecer mais	02

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.**Quadro 14 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos**

Respondente 5: “A vontade de aprender mais...”

Respondente 10: “...tive o desejo de conhecer mais”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 17 trata da aceitação as atividades elaboradas pelos APs durante o período no qual ficaram em acompanhamento. Muitos APs buscaram exercer seu trabalho de maneira mais positiva possível, indo muito além das atividades da própria escola, mas trazendo outros meios para que as crianças pudessem aprender e se desenvolver cada vez mais. A aceitação tanto das atividades propostas pela professora quanto pelo AP se mostrou positiva.

Tabela 17 - Aceitação das atividades

CATERIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Positivo	I.1. Tentavam fazer	01
	I.1.2. Participativos	01
	I.1.3. Excelente	01
	I.1.4. Muito boa	01
	I.1.5. Aceitavam	01
	I.1.6. Tranquilo	01
II. Negativo	II.1 Não ouve interesse do aluno	01
	II.1.2. Desafiante	01
	II.1.3. Resistencia	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 15 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 6: “[...] não houve interesse do aluno [...]”

Respondente 10: “No início foi desafiante...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 18 trata sobre a relação de entre gestor, professor, aluno e família do aluno e o acompanhante pedagógico. Nela é possível verificar que a relação com os gestores escolares não era tão harmônica e com isso o desenvolvimento do seu trabalho enquanto AP ficava em uma situação desafiadora.

Tabela 18 - Relações em ambiente de trabalho

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Gestor	I.1. Não era boa	06
	I.1.1. Distante	03
	I.1.2. Falta de dialogo	02
	I.2. Muito tranquila	07
	I.2.1. Ótima	01
	I.2.2. Boa	02
	I.2.3. Neutra	02

	I.3. Relação profissional e de respeito	02
II. Professor	II.1. Tranquila	10
	II.1.2. Neutra	01
	II.1.3. Ótima	01
	II.2. Boa comunicação	04
	II.3. Auxiliava	01
	II.4. Relação profissional e de respeito	01
	II.5. Problemática	01
Aluno	III.1. Harmonioso	01
	III.2. Bom vínculo	02
	III.3. Respeitosa	01
IV. Família	IV.1. Auxiliava muito	02
	IV.2. Sem diálogo	01
	IV.3. Tranquilo	01
	IV.4. Harmoniosa	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 16 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 9: “Para ser sincera, é “morna”, indiferente...”

Respondente 7: “A relação com o aluno, professor e diretor eram boas...”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 19 aborda as expectativas que o AP tem sobre o desenvolvimento do seu aluno durante o período que esteve com ele, mediante suas intervenções. Pode-se observar que a presença do AP em sala de aula é fundamental pois é notável que esses alunos, apesar das dificuldades, apresentaram desenvolvimento escolar.

Tabela 19 - Desenvolvimento do aluno

CATEGORIZAÇÃO		FREQUÊNCIA
I. Desenvolveram	I.1 Atualmente sim	01

	I.1.2 Sim	07
	I.2 Percebi um crescimento	01
	I.3 Bom desenvolvimento	02

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 17 - Ficha de resposta da entrevista com os Acompanhantes Pedagógicos

Respondente 10: “Os alunos tiveram um bom desenvolvimento...”

Respondente 3: “Sim! Percebi o grande avanço na leitura e escrita.”

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

4 DISCUSSÃO

Dimensionar o trabalho dos APs (Acompanhantes Pedagógicos) é de fundamental importância, pois mostra os benefícios pedagógicos que os educandos atípicos recebem, apesar das séries de dificuldades que os Aps encontram para desenvolver tal função. Proporcionar um ambiente no qual todos venham a se sentir bem, crescendo em conhecimento mesmo com condições cognitivas distintas, traz uma perspectiva de aceitação e inclusão de indivíduos que venham a ter alguma incapacidade tanto física quanto psíquica. Um profissional no campo da educação que busca mecanismos de inclusão para solucionar tal demanda, está contribuindo para esse ambiente acolhedor e compreensivo. Diante de tal questionamento, foi realizado o presente estudo com a expectativa de entender como se dá o processo formativo e a atuação dos acompanhantes pedagógicos nas series iniciais (1º ao 5º ano) nas escolas públicas da cidade de Parnaíba/PI.

O estudo realizado com onze Acompanhantes Pedagógicos mediante a formação e as formas de atuação que esses profissionais tinham, permitiu entender como os APs viam seu trabalho, dificuldades, experiências e expectativas referentes ao mesmo. Muitos tinham uma visão relacionado ao seu trabalho de que estavam dentro de sala apenas para auxiliar o aluno nas atividades e em momentos do intervalo. Como destaca Fraguas (2001), o papel do AT é criar as condições para que a criança possa frequentar a escola, beneficiando-se do processo educativo. É muito além de um simples acompanhar ou evitar que se machuque, é participar ativamente de um processo que vai muito mais à frente.

Mediante isso, a realização do estudo possibilitou abrir uma perspectiva para buscar entender como esses profissionais se sentem dentro desse contexto. Pode se assegurar que a linha principal de pensamento que os mesmos tem sobre seu papel dentro da escola é de simplesmente ajudar o aluno dentro de sala com as atividades. Essa visão que se destacou muito se assemelha ao pensamento das origens do surgimento dessa modalidade, Bezerra (2023) relata que o psiquiatra Eduardo Kalina inseriu essa nova modalidade como possibilitador da circulação de pacientes de asilos psiquiátricos por diferentes ambientes, com a finalidade de inclusão. Os profissionais que atuam hoje têm a mesma mentalidade de simplesmente ajudar ao decorrer das atividades, mas o seu trabalho vai muito além, sendo cotidianamente uma porta para a inclusão.

Diante das perguntas levantadas durante a entrevista, foi possível verificar não somente como os APs viam o seu trabalho, uma vez que outras questões foram levantadas. A vivência em sala, família dos alunos, convivência com a gestão, falta de apoio do professor titular, em determinadas situações ter que assumir tarefas que não condizem com suas reais atribuições como AP, atraso na bolsa de pagamento e a super lotação dos alunos acompanhados por cada AP, foram algumas das questões levantadas. Essas situações evidenciam o ambiente no qual esse profissional está inserido, influenciando diretamente no seu desempenho. Possibilitar um ambiente favorável para que o AP possa realizar seu trabalho passa não somente pela questão estrutural, mas primeiro por um apoio da escola e da própria gestão municipal. É de suma importância que todos trabalhem juntos em prol da educação enquanto direito das crianças neuro-atípicas, exercendo o compromisso em executar suas funções enquanto gestão e servidores públicos.

Partindo desses pontos levantados mediante as dificuldades apresentadas pelos APs, pode-se destacar que a falta de suporte da gestão escolar e do professor titular é algo que deixa o trabalho do AP mais difícil. A escola muita das vezes não está preparada para receber o aluno e não sabe lidar com as especificidades da criança. Essa falta de preparo por parte da gestão escolar e até mesmo do professor titular gera uma pressão em cima do trabalho do AP; que em sua realidade são alunos, nos períodos iniciais, que ainda não possuem a formação necessária para atuar sem um suporte. Assali (2006) ressalta que a presença desses profissionais dentro dos ambientes escolares se dá, em muitas das ocasiões, por falta de preparo dos professores titulares com as crianças. Em suma, esses profissionais acabam normalizando a exclusão de alunos com necessidades especiais nas atividades de sala de aula.

Barboza (2017) reitera que o papel desse profissional não é de substituir o professor titular no processo de formação da criança, mas sim atuar de maneira conjunta. Isso se mostrou, durante o decorrer desse trabalho, não ocorrer de maneira contínua ou, em muitos casos, nem aconteceu. O AP se encontra sozinho e muita das vezes sem orientação por parte daqueles que deveriam oferecer recursos e direcionamentos, influenciando diretamente no trabalho do AP. Logo, quando ambos trabalham juntos em prol do desenvolvimento da criança o resultado é mais eficaz.

Os APs enfrentam uma realidade que muitas das vezes é mascarada pelas publicidades políticas locais e não condizem com a realidade das escolas. A falta de apoio e de material didático para conseguir trabalhar com as crianças foram um dos pontos destacados durante a realização do projeto. Sem o mínimo para se trabalhar se torna ainda mais difícil conseguir resultados satisfatórios com as crianças acompanhadas, uma vez que muitos deles não tem o resultado esperado ao final do acompanhamento. Essa falta de suporte gera o sentimento de frustração por parte do AP, pois não sabem e não têm condições de trabalhar, colaborando de maneira efetiva. O relato que se encontra por partes dos acompanhantes confirma que a falta de apoio e medo de não conseguir exercer tal função são pontos importantes a serem trabalhados.

Partindo das observações de Barbosa (2017) em que o AP deve ser um agente facilitador, buscando sensibilizar o professor facilitando na sua intervenção pedagógica, podemos afirmar que esse trabalho deve ser feito em conjunto. O professor deve ter o apoio do AP e o AP, por sua vez, deve ter o apoio do professor. Algo que não foi constatado durante a realização da pesquisa. Quando ocorre esse apoio de ambas as partes, o trabalho se torna mais fácil de ser realizado e os resultados são mais satisfatórios e perceptivos.

Outra questão levantada durante a pesquisa se refere ao processo formativo que os APs passam para atuar. De falta de formação, à carência de conteúdos ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Conforme os relatos extraídos dos respondentes durante a entrevista. Muitos relataram que as formações que a SEDUC fornecia não eram formações que de fato contribuíram com as realidades vivenciadas por eles, outros relataram que não chegaram a receber formação durante o período que ficaram como AP. Um processo formativo que não busca compreender as necessidades dos envolvidos diretamente no cumprimento das atividades se torna uma formação ineficaz e sem grandes contribuições.

Contudo, vale ressaltar que o trabalho elaborado pelo AP se destaca como indispensável dentro de um ambiente escolar. Segundo Veronica (2019), ao mediar a relação do aluno com os conhecimentos formais e informais da escola e, para além disso, as relações que a criança estabelece dentro deste contexto, o acompanhante está propiciando não somente a aprendizagem, mas também a formação da consciência dos

estudantes. A falta de estrutura e apoio acaba por dificultar nesse processo, isso se tornou notável durante a realização do projeto.

Durante o desenvolver da pesquisa foi notável que a presença do AP é de suma importância para o pleno desenvolvimento da criança, passando por todas as áreas da sua vida. A participação do professor titular nesse processo formativo e inclusivo das crianças possibilita um maior resultado na educação das mesmas. Uma vez que o AP tem esse apoio de toda a comunidade escolar o seu trabalho se torna mais efetivo pois acaba gerando mais resultados.

Analisando a percepção que o profissional AP tem sobre seu próprio trabalho, fica evidente a visão de que o seu trabalho se resume ao simples ato de cuidar das atividades e nas dependências da escola é algo que vai muito além, é uma atividade que proporciona a inclusão de crianças que muitas das vezes são deixadas de lado em atividades dentro e fora de sala. Outrossim, Fraguas e Berlinck (2001) relatam que o processo de inclusão promove a inserção destas crianças na escola, garantindo-lhes, assim, um lugar na sociedade. Como destacado antes a função do AP vai muito além da sala de aula, ele possibilita que crianças tenham mais liberdade e consigam viver em sociedade. A realização da presente pesquisa contribuiu nessa perspectiva de entender a mentalidade de trabalho desses profissionais e como e como o aspecto de trabalho em que os profissionais estão inseridos e entender suas reais motivações e suas dificuldades dentro desse cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou evidenciar o processo formativo e as formas de atuação dos acompanhantes pedagógicos da rede municipal de educação da cidade de Parnaíba- PI. A mesma trouxe uma visão dos acompanhantes sobre áreas que vão além da formação do profissional, passando também por questões de relação dos mesmos com a própria gestão escolar e com o professor titular. O tema abordado foi de grande importância para futuras discussões sobre a área e possíveis melhorias.

Mediante a referida pesquisa, os resultados encontrados mostram o ambiente no qual esses profissionais estão inseridos, muitas das vezes esse trabalho é vivido de maneira solitária, sem nenhum apoio por parte da gestão escolar e do professor. Essa falta de suporte torna o trabalho do acompanhante em muitas ocasiões difícil e fastidioso, que pode vir a refletir diretamente no bom desenvolvimento das atividades e nas crianças acompanhadas.

É importante evidenciar que contratempos ocorreram no desenvolvimento da presente pesquisa: 1) dificuldade de encontrar pessoas, pois no período que sucedeu a pesquisa os APs ainda estavam em processo de lotação nas escolas, 2) muitos que confirmaram a participação voltaram atrás por motivos que variaram de dificuldade de locomoção à simplesmente não estarem mais interessados em participar.

Em contrapartida, aqueles que optaram por participar relataram a importância de se estudar o tema e dar voz ao AP, que em muitas vezes não tem essa atenção por parte dos órgãos responsáveis pelo processo de lotação e formação. Todos relataram que o desenvolvimento da pesquisa irá contribuir para futuras melhorias nesse campo e que servirá também para outras nesse mesmo segmento, buscando o enriquecimento da área.

A presente pesquisa poderá ser de grande base para buscar entender o ambiente de trabalho que esses profissionais estão inseridos visando melhorias futuras. Tais melhorias que devem passar desde o suporte por parte dos órgãos responsáveis por essa lotação, quanto também pela gestão que procura e aceita esses profissionais dentro das escolas.

A escolha do tema se deu a partir da minha experiência pessoal, atuando por um período de um ano e meio. Buscando entender melhor dúvidas e procurar contribuir

positivamente em possíveis melhorias nesse campo, que surgiu o interesse de pesquisar sobre o tema. Considerando que o tema se faz muito importante no contexto dos tempos atuais em que a temática se faz tão presente com crianças cada vez mais necessitadas de um acompanhamento e suporte especial.

Diante disso, eu enquanto professor em formação, senti a necessidade se conversar sobre o tema. Um tema que se faz de suma importância, buscando contribuir positivamente para a formação desses profissionais, tanto os presentes quanto aqueles que viram. Reitero que se faz importante, para o bem do processo de formação desse profissional, o apoio em formações de qualidade até dentro das escolas, buscando o pleno desenvolvimento da criança, que é o ponto principal do trabalho do acompanhante, professor, gestão escolar, secretaria e órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Autism spectrum disorder*. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/autism-spectrum-disorder>. Acesso em: 24 dez. 2024.
- ASSALI, Andréa Maia. Inclusão escolar e acompanhamento terapêutico: possibilidade ou entrave. In: PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E TRANSMISSÃO, 6., 2006. Anais [...]. São Paulo: [s.n.], 2006.
- BARBOSA, Thayanne Lira. *Importância do acompanhamento terapêutico na inclusão de uma criança autista na escola: um relato de experiência*. 2017
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, 70, 225, 1977.
- BENATTO, Marcelo Costa. A clínica do acompanhamento terapêutico no Brasil: uma análise da produção científica de 1985 a 2013. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- BEZERRA, Renan. *A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular*. Meu artigo. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com-necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 nov. 2024.

DICIO. Autismo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autismo/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acompanhante>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/terapêutico>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FRAGUAS, Vendiana; BERLINCK, Manoel Tosta. Entre o pedagógico e o terapêutico: algumas questões sobre o acompanhamento terapêutico dentro da escola. São Paulo: PUC-SP, [s.d.].

LOPES, Daniele Ardigo; TELASKA, Tatiele dos Santos. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: revisão sistemática da literatura. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 39, n. 120, p. 425-434, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862022000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 dez. 2024.

NASCIMENTO, Verônica Gomes; TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges; SPADA, Aline de Almeida Santos; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Acompanhamento Terapêutico Escolar: uma atuação caracterizada pelo “entre”. *Estilos da Clínica*, v. 24, n. 3, p. 9-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i3p445-457>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SANTOS, Alex Sandro. A importância do gestor escolar na inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. *Revista Alamedas*, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2020.

SILVA, Edneusa Lima; CRISTINA, Vandressa. Acompanhamento terapêutico e inclusão educacional: construindo pontes para o encontro entre o diferente e a diferença. *Revista Valore*, Volta Redonda, v. 3, n. 1, p. 462-474, jan./jun. 2018.

SILVA, Mariana Louise Bezerra. A função do acompanhante terapêutico no contexto escolar: o diálogo entre o ATE e o professor. 2023. [Tipo de trabalho não especificado].

WEIZENMANN, Luana Stela; SZARESKE PEZZI, Fernanda Aparecida; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217841>. Acesso em: 24 dez. 2024.



ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Caro Respondente,

Estamos realizando uma pesquisa sobre algumas questões referentes a vários assuntos de relevância social na dinâmica das relações e assuntos escolares. A fim de conhecermos melhor acerca destes temas, gostaríamos de contar com a sua colaboração voluntária a responder às perguntas que seguem. Suas respostas são *confidenciais* e serão mantidas em *total anonimato*, sendo consideradas no conjunto dos participantes. É importante que você saiba que não existem respostas certas ou erradas, sugerindo você a responder de maneira mais sincera possível. Agradecemos antecipadamente sua colaboração!

1. Escola Municipal _____ Ano: _____
 2. Sexo: () Masculino () Feminino
 3. Idade _____
 4. Estado Civil () Casada/Convivente () Solteira () Viúva () Separada/Divorciada
 5. Filhos – () Não () Sim; Se sim, quantos? _____
 6. Nível educacional: _____
 7. Formação Profissional: _____
 8. Cargo Ocupado na Instituição _____
 9. Tempo de ocupação no cargo _____
 10. Renda individual: _____
 11. Horas de trabalho (semanal) _____
 12. Quantas horas é destinada a planejamento ou formação para ser AT? _____
 13. Você atua de forma individual ou com assistência da professora titular? _____
 14. Quantos alunos você acompanha? _____
 15. Você exerce alguma outra atividade profissional?
[] Sim [] Não Se sim, qual? _____
 16. Quanto tempo formação para atuar _____
 17. Conteúdos aprendidos durante a formação: _____
-

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TALP - Quando se fala em AP que palavras vêm a sua mente?

1. Faz quanto tempo de que você é AT?

2. Como foi a sua formação em Acompanhante Terapêutico/Pedagógico?

3. E como é na realidade?

4. Quais eram as suas expectativas ao entrar na área de AT?

5. De que maneira você foi inserido em sala de aula?

6. Quais cursos formação você recebeu ou recebe?

7. Como é feito o acompanhamento do seu trabalho?

8. Descreva as atividades que desenvolve enquanto AT?

9. Descreva suas atuais condições de trabalho enquanto AT.

10. Qual o grau de importância do AT na sala de aula, para o educando e para o educador?

11. Quais as maiores dificuldades que você já enfrentou durante o seu trabalho?

12. Como você busca ajuda para resolver a dificuldade?

13. Você acredita que recebe os recursos necessários para um bom desempenho do seu trabalho?

14. Como é feito o planejamento dos alunos que são acompanhados por você?

15. O que inspirou você a entrar nessa área?

16. Dos alunos que você já acompanhou e/ou acompanha, como é a aceitação deles nas atividades propostas?

17. Como é a relação entre você, gestão, professor, aluno e família do aluno?

18. Você percebe o desenvolvimento do seu aluno com suas intervenções enquanto AT?

ANEXO C - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PARNAÍBA – PIAUÍ**

A Secretaria de Educação da cidade de Parnaíba, através do senhor (a) Diretor (a), _____, autoriza a realização da pesquisa intitulada “FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PARNAÍBA-PI”, conduzida pela Professora Ma. Jonnia Maria Aguiar Magalhães e pelo aluno Marcos Francisco da Silva Lima, regularmente matriculado (MATRÍCULA: 1078354) no curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí-UESPI. O objetivo da presente pesquisa consiste em *pesquisar o processo de formação e como ocorre seu trabalho dentro de escolas públicas da cidade de Parnaíba/PI*. Para alcançar tal objetivo serão realizadas entrevistas com os profissionais que se interessem em participar.

Parnaíba, _____ de _____ de 2024

Secretário(a) da Secretaria de Educação - Parnaíba-PI

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Título do estudo: Formação e atuação dos acompanhantes terapêuticos em escolas públicas municipais da cidade de Parnaíba-PI”

Pesquisador(es) responsável(is): Prof^ª. Ma. Jonnia Maria Aguiar Magalhães, Marcos Francisco da Silva Lima

Instituição/Departamento: Universidade Estadual do Piauí, Campos Prof^º. Alexandre Alves de Moraes, Departamento de Pedagogia.

Telefone para contato: (86) 3213-2547

Local da coleta de dados: ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente **voluntária**. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar como ocorre o processo formativo dos acompanhantes terapêutico e de que forma os mesmos atuam dentro das de aula de escolas públicas da cidade de Parnaíba/PI.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam questões que implicam somente no contexto do trabalho exercido dentro da sala de aula.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os respondentes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu - _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local e data

Assinatura

Pesquisador responsável